

Pobreza crônica e transitória no Brasil: uma abordagem de pobreza dinâmica com os dados da PNAD Contínua

Área 13: Desigualdade, pobreza e políticas sociais

Thiago da Costa Albuquerque (UNIFESP)¹
Solange Ledi Gonçalves (UNIFESP)²

Resumo: A partir da década de 1980, a trajetória do pensamento e a literatura sobre o conceito e mensuração da pobreza chegam a um consenso em relação à multidimensionalidade e à dinamicidade da situação de privação das famílias, passando a tratar da dimensão temporal e da duração do fenômeno. A dinâmica da pobreza origina-se no movimento de entrada e saída de domicílios da privação e tal mobilidade proveem de choques de renda, ciclos de pobreza e vulnerabilidade. Desde o surgimento e desenvolvimento desses estudos, dissemina-se a visão de que análises estáticas de pobreza têm poder explanatório limitado e podem enviesar a compreensão do problema. Nesse sentido, a limitação de dados longitudinais constitui a principal deficiência metodológica para o desenvolvimento do campo no Brasil. Assim, esse artigo tem o objetivo de contribuir para essa literatura ao aplicar a categorização de pobreza crônica e transitória de Hulme e Shepherd (2003) aos microdados longitudinais trimestrais da PNAD Contínua (IBGE), para o período entre 2012 e 2018, a fim de observar heterogeneidades entre variáveis espaciais, socioeconômicas e demográficas de diferentes categorias temporais de pobres, bem como analisar, em perspectiva comparada, os efeitos adversos da crise econômica que se inicia em meados de 2014 no país sobre variáveis do mercado de trabalho.

Palavras-chave: dinâmica da pobreza, pobreza crônica, pobreza transitória.

Abstract: From the 1980s, the trajectory of thought and literature on the poverty concept and measurement reached a consensus regarding the multidimensionality and dynamism of the deprivation situation of the families, starting to deal with the temporal dimension and the phenomenon duration. The poverty dynamics originated from the movements of the households in and out of poverty and such mobility comes from income shocks, poverty cycles, and vulnerability. Since the emergence and development of these studies, the view that static analyzes of poverty have limited explanatory power and can bias the understanding of the problem gets spread. In this sense, the longitudinal data limitation is the main methodological deficiency for the field's development in Brazil. Therefore, this article aims to contribute to this literature by applying the Hulme and Shepherd's (2003) chronic and transitory poverty categorization to the Continuous PNAD (IBGE), for the period between 2012 and 2018, seeking to observe spacial, socioeconomic and demographic variables heterogeneities of different temporal categories of poor, as well as to analyze, in a compared perspective, the adverse effects of the economic crisis that started in mid-2014 in the country on labor market variables.

Keywords: poverty dynamics, chronic poverty, transitory poverty.

JEL Classification: I32; I31; J18; R20

¹Graduando em Economia pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: thiago.albuquerque@unifesp.br

²Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. E-mail: slgoncalves@unifesp.br

1. Introdução: A evolução do conceito e mensuração da pobreza e a trajetória da pobreza no Brasil (2003-2017)

Nas últimas décadas, a redução da pobreza e da desigualdade de renda tem se tornado uma agenda e uma preocupação central de governos, grupos da sociedade civil e instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e multilaterais, que buscam entender os seus determinantes e direcionar esforços para atenuar a situação de privação e aumentar o bem-estar das famílias. Com o aumento da importância dessa agenda de pesquisa, se expandiu, também, a literatura teórica e empírica que embasa a compreensão e resolução da questão.

Apesar da existência de um certo consenso sobre a multidimensionalidade e característica dinâmica do fenômeno, são múltiplas as formas de conceituar ou definir a situação de privação que permite classificar uma família como pobre ou extremamente pobre. A partir da década de 1980, a literatura internacional sobre o conceito e mensuração da pobreza passa a tratar da dimensão temporal e da duração do fenômeno, dando início ao campo de pesquisa sobre dinâmica da pobreza. A dinâmica da pobreza é originada no movimento de entrada e saída da privação e tal mobilidade origina-se de choques de renda, ciclos de pobreza e vulnerabilidade. Essa literatura trata a temporalidade como dimensão substancial para a compreensão da privação e define a pobreza como um fenômeno volátil no curto e longo prazo, e, a partir desta classificação, busca demonstrar que os ciclos da economia podem influenciar, direta ou indiretamente, a situação socioeconômica das famílias.

Desde o surgimento e desenvolvimento desses estudos, dissemina-se a visão de que as análises estáticas sobre pobreza têm poder explanatório limitado e podem enviesar a compreensão do problema. Nesse contexto, Addison *et. al.* (2008) argumentam que a dimensão temporal é importante por quatro razões principais: i) famílias e indivíduos que permanecem por mais tempo na pobreza carecem de maior atenção governamental para a saída da situação; ii) países com números de pobres semelhantes podem apresentar estruturas e determinantes diferentes, e enquanto um país pode ter maior número de pobres transitórios, outro, pode ter uma maior incidência de pobres crônicos, e necessitarão, portanto, de políticas públicas diferentes; iii) existe uma relação entre a severidade da pobreza e o número de períodos em que uma família permanece abaixo da linha de pobreza, e quanto menor a posse de ativos, maior a duração da pobreza; iv) a duração da pobreza implica a constante reelaboração de estratégias individuais e familiares para lidar com a situação.

A ausência de bases de dados longitudinais ou de variáveis em painéis disponíveis, principalmente em países em desenvolvimento, leva ao desenvolvimento e aplicação de métodos alternativos para obtenção de repetição das unidades de pesquisa ao longo de certo intervalo de tempo. Um exemplo deste tipo de estratégia empírica é o artigo de Perez (2015), que, na falta de dados longitudinais, utiliza abordagem econométrica de pseudopainel³, com dados de corte transversal, para analisar eventos que induziram a entrada ou saída de famílias da pobreza, no México, entre 1992 e 2012. Nesse contexto, é justamente a limitação de dados longitudinais que torna a literatura sobre dinâmica da pobreza no Brasil recente e, portanto, reduzida.

Nas duas últimas décadas, o cenário de maior crescimento econômico e geração de empregos que durou até o ano de 2013, atrelado ao crescimento de políticas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família (PBF)⁴ e o Benefício de Prestação Continuada

³ Pseudopainel é um método que não se baseia nas observações das variáveis dos indivíduos, como nos dados em painel, mas nas variáveis observadas de cortes seccionais repetidas (MARTINI; HERMETO; JAYME JR; 2014).

⁴ O Programa Bolsa Família (PBF), criado pelo governo federal em outubro de 2003, é um programa de transferência de renda condicionada e surgiu por meio da unificação de cinco programas federais de

(BPC)⁵, e à política de valorização real do salário mínimo, propiciou-se uma queda pronunciada na proporção de pobres e severidade da pobreza. Rocha (2013) demonstra que o período entre 2003 a 2011 é marcado pelo crescimento médio do PIB de 4,2% ao ano, e pode ser considerado o mais próspero em termos de redução da pobreza, com queda de 22,6% para 10,1% no percentual de pobres. A autora relaciona esse aumento de bem-estar ao comportamento dinâmico do mercado de trabalho, à criação de, aproximadamente, 1,6 milhão de novos empregos por ano e à política de valorização do salário mínimo, o qual obteve aumento real de 50% no período. Além disso, ela relata a importância do Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, e da expansão de sua cobertura e do valor real do benefício ao longo do período.

Outro trabalho que investiga as características e as condições de vida de famílias extremamente pobres, pobres, vulneráveis à pobreza e não pobres para o período entre 2004 a 2009 é Osorio *et. al.* (2012). Estes autores verificam que o crescimento da renda das famílias extremamente pobres ocorre devido ao aumento da participação das transferências de renda no rendimento dessas famílias, que vai de 15% em 2004 para 39% da renda em 2009. Além disso, concluem que a redução da pobreza e melhoria do bem-estar ocorre, principalmente, devido a melhor distribuição de renda, relacionada ao acesso ao mercado de trabalho e à criação de empregos formais, melhor remuneração e aumentos no salário mínimo no período.

Apesar da redução da pobreza nas últimas décadas, os choques de renda relacionados ao desemprego e à crise econômica que se inicia no Brasil em meados de 2014, afetam negativamente os indicadores de pobreza. Neri (2018) aponta que, do final de 2014 até o final de 2017, o crescimento da pobreza foi de 33%, um aumento de 6,27 milhões de famílias, totalizando 23,3 milhões de famílias na pobreza. O autor destaca que a queda da renda média e o aumento da pobreza e da desigualdade de renda originaram-se, principalmente, por meio do aumento do desemprego, o qual chegou a alcançar dois dígitos durante a crise econômica, deteriorando o bem-estar das famílias. Nesse contexto, invertendo a tendência de avanço das décadas anteriores, os mais prejudicados foram os que possuem ensino médio incompleto, os quais sofreram queda de 11,65% na renda média, os jovens na faixa etária entre 15 a 19 anos, com queda de 20,06% na renda, os chefes de família, com queda de 10,38% na renda, e os trabalhadores das regiões Nordeste e Norte.

2. Revisão de literatura: o aspecto dinâmico da pobreza e as categorizações de pobreza crônica e transitória

Um dos trabalhos pioneiros sobre dinâmica da pobreza é o estudo de Bane e Ellwood (1983), que reconhece a necessidade de distinguir, em uma análise temporal, os pobres crônicos de pobres transitórios. Esses autores buscam analisar os fatores relacionados aos ciclos de pobreza e calculam as probabilidades de saída da situação de privação, para os Estados Unidos, entre 1970 e 1981. O estudo demonstra a natureza de longo prazo da pobreza, já que, em qualquer ponto do tempo, grande parcela dos pobres é constituída por cronicamente pobres.

Outro estudo pioneiro é Ravallion (1988), realizado para a Índia, no período entre 1975 e 1983, que busca analisar as mudanças no risco agregado de famílias de áreas rurais e no valor esperado da pobreza, por meio de uma decomposição da pobreza em categorias, com base na dimensão temporal, e levando em conta a profundidade da privação no início do ciclo

transferência de renda, atingindo 13,9 milhões de famílias beneficiárias em 2020. Para mais detalhes, ver <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/>.

⁵ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante às pessoas com mais de 65 anos ou deficientes impossibilitados de se manterem sozinhos, um salário mínimo mensal, sem que os beneficiários precisem contribuir ao INSS para recebê-lo.

de pobreza. O autor verifica que famílias que apresentam pobreza duradoura podem sofrer situação de privação mais severa no contexto de choques negativos em seus rendimentos, em comparação com famílias sob situação de pobreza de menor duração.

Outros dois estudos que buscam analisar os determinantes dos ciclos e dinâmica da pobreza são Baulch e Hoddinott (2000) e McKernan e Ratcliffe (2002). No primeiro artigo, os autores argumentam que as famílias alocam os seus ativos e trabalho para maximizarem seus ganhos, mas estão sujeitas a choques, que podem ser agregados ou covariantes, se relacionados à localidade em que habitam – tais como secas generalizadas, terremotos e desabamentos de terra – ou idiossincráticos, se atingem somente uma família ou indivíduo, como, por exemplo, graves doenças. Choques negativos ou positivos determinam que a família realoque os seus ativos e trabalho, para reequilibrar a situação corrente e planejar o futuro. Por fim, os autores sugerem que pobres transitórios têm menor capacidade de suavização do consumo e, portanto, maior dificuldade para lidar com choques negativos. Já os pobres crônicos, têm menor capacidade de acumular ativos e de transformá-los em renda, permanecendo por mais tempo na situação de privação.

Já o segundo estudo, por sua vez, é uma investigação empírica sobre os eventos e características determinantes da dinâmica da pobreza nos Estados Unidos, nas décadas de 1980 e 1990. No que tange à probabilidade de entrada na privação, indivíduos negros e hispânicos, crianças e famílias chefiadas por mulheres são mais suscetíveis a caírem abaixo da linha de pobreza, e, quanto às probabilidades de saída, indivíduos com 65 anos ou mais, e famílias chefiadas por mulheres e negros são menos propensos a saírem da situação, enquanto indivíduos brancos e com maior escolaridade apresentaram maior probabilidade de sair do contexto de pobreza. Além disso, das famílias que entraram na pobreza, 40% sofreram perdas de emprego de algum membro da família e, das famílias que saíram da pobreza, 47% apresentaram rendimentos maiores por meio da obtenção de emprego por alguém da família.

Conforme apresentado na introdução do artigo, a ausência e limitação de dados longitudinais determina que a literatura sobre dinâmica da pobreza seja recente e reduzida no Brasil. O primeiro estudo que busca estimar a probabilidade de entrada futura das famílias brasileiras na pobreza, sob uma abordagem de vulnerabilidade à pobreza, é Ribas (2007). Este autor utiliza os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE), para os anos de 2002 a 2003 e metodologia baseada na estimação de uma função de consumo, e verifica que 33% das famílias brasileiras são consideradas muito vulneráveis à pobreza, ou seja, apresentam alta chance de entrada na pobreza no futuro. Indivíduos que são mais vulneráveis à pobreza estão, em maior parte, desempregados ou em empregos rurais ou domésticos. Além disso, a vulnerabilidade à pobreza de famílias com membros jovens e na região Nordeste é maior.

Em outro estudo para o caso brasileiro, e com o uso de dados em pseudopainel da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), Ribas *et. al.* (2011) realiza uma decomposição para pobreza baseada no tempo, em que os pobres crônicos se diferenciam dos transitórios pelo tempo que permanecem na pobreza. Os autores destacam que, de modo geral, raça e escolaridade são fatores determinantes para a permanência de indivíduos na pobreza. Já pobreza encontrada entre chefes mulheres possui, predominantemente, caráter transitório. Os autores também verificam que os chefes de família informais, não brancos, com baixa escolaridade e residentes no Nordeste, estão mais propensos a apresentarem pobreza crônica, enfrentando maior complexidade para sair da situação.

O terceiro estudo com abordagem dinâmica para a pobreza, para o contexto brasileiro entre 2002 e 2011, é Gonçalves e Machado (2015). As autoras utilizam os dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e a categorização de pobreza crônica e transitória proposta por Hulme e Shepherd (2003), para destacar a heterogeneidade socioeconômica e demográfica das famílias pobres. Por meio deste estudo, é possível verificar

que a proporção de crianças é maior nas famílias cronicamente pobres, enquanto que a proporção de idosos e membros em idade ativa é maior nas famílias pobres transitórias e nunca pobres. Além disso, há grande predominância de chefes com ensino médio e superior entre pobres transitórios e grande proporção de chefes não brancos e do sexo feminino entre as famílias cronicamente pobres. As autoras ressaltam, também, a alta incidência de famílias pobres crônicas nas regiões metropolitanas do Nordeste, Recife e Salvador.

Por fim, Gonçalves (2015) investiga, para o mesmo período e com o uso do mesmo conjunto de dados em painel, a vulnerabilidade à pobreza, isto é, a probabilidade de entrada na pobreza no futuro. Neste estudo, a autora constata que 77% das famílias vulneráveis são pobres crônicas, se somente os rendimentos do trabalho são considerados para o cálculo da chance de entrada na pobreza. Ademais, a vulnerabilidade é significativamente mais presente em famílias chefiadas por mulheres, com baixa escolaridade e que estão ocupados em setores informais do mercado de trabalho.

3. Estratégia empírica

3.1. Base de dados e amostra

O estudo utiliza os microdados longitudinais trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período entre 2012 e 2018, que coincide com o período antes e durante a crise econômica e os seus efeitos adversos sobre o emprego, renda *per capita* e bem-estar. A coleta de dados da PNADC é realizada trimestralmente e a pesquisa consiste em um painel em que cada domicílio é entrevistado em um mês ao longo de um trimestre, permanece os dois meses seguintes fora da amostra e, em seguida, no próximo trimestre, realiza a entrevista seguinte. Com isso, o processo se repete até que cinco entrevistas sejam realizadas para a família, ou seja, um domicílio poderá ser entrevistado durante cinco trimestres, uma vez por trimestre. A abrangência geográfica da base de dados é todo o território nacional, excluídas as áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE.

Para reduzir problemas de identificação e declaração de informações na PNADC (IBGE), na construção da amostra utilizada são excluídos: os domicílios que não realizaram as cinco entrevistas, os membros das famílias que apresentam código identificador duplicado em um mesmo ponto de tempo, os domicílios e membros que apresentam mais de cinco observações na base de dados, as famílias com mais de um chefe e famílias com chefes abaixo de 16 anos. Cabe dizer que a amostra da PNADC, excluindo-se somente os indivíduos com problema no código identificador apresenta 14.085.378 observações, que é o total de linhas (número de indivíduos da base de dados multiplicada pelo número de entrevistas de que o indivíduo participa), para o período 2012-2018. Com as demais exclusões realizadas, a amostra final obtida apresenta 7.965.833 observações. A principal exclusão ocorre para os domicílios que não realizaram as cinco entrevistas, que determina a exclusão de 43% das observações.

3.2. A categorização de Hulme e Shepherd (2003)

As famílias serão classificadas e agrupadas pela aplicação das categorizações específicas e agregadas apresentadas no estudo de Hulme e Shepherd (2003), em uma adaptação ao trabalho de Jalan e Ravallion (2000). Para uma primeira categorização, os autores definem cinco grupos, denominadas categorias específicas, mediante a localização do indicador pontual e do indicador médio de pobreza em relação à linha de pobreza estabelecida. No presente trabalho, a renda familiar *per capita* em cada trimestre é o indicador

pontual e a renda familiar *per capita* média nos cinco trimestres é o indicador médio de pobreza.

A linha de pobreza utilizada no artigo é a linha administrativa do corte de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF). A linha de elegibilidade do Programa Bolsa Família é reajustada no período de estudo, sendo alterada a cada ano. Ademais, para calcular a renda *per capita* das famílias em cada trimestre e a renda *per capita* média, ou seja, a média da renda *per capita* entre as cinco entrevistas, foi utilizado o rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho). Busca-se considerar somente a renda do trabalho, tendo em vista que, para além de ser a principal renda dos indivíduos no Brasil, é importante para acompanhar as mudanças desencadeadas pela crise econômica sobre as variáveis do mercado de trabalho e as conseqüentes variações heterogêneas entre os diferentes estratos de pobres em diferentes dimensões do mercado de trabalho, como desemprego, duração do desemprego e informalidade. Assim, as categorias desenvolvidas estão resumidas na seguinte tabela:

Tabela 1: Categorias agregadas e específicas desenvolvidas a partir de Hulme e Shepherd (2003)

Categorias agregadas	Categorias específicas	Indicador pontual	Indicador médio
Pobres Crônicos (PC)	Sempre pobres (SP)	Sempre abaixo da linha de pobreza	Abaixo da linha de pobreza
	Usualmente pobres (UP)	Quatro trimestres abaixo da linha de pobreza	Abaixo da linha de pobreza
Pobres Transitórios (PT)	Rotativamente ou ocasionalmente pobres (RP ou OP)	Três, dois ou um trimestre abaixo da linha de pobreza	Abaixo da linha de pobreza
Não pobres (NUP)	Nunca pobres (NP)	Sempre acima da linha de pobreza	Acima da linha de pobreza

Fonte: tabela elaborada pelos próprios autores.

Essa categorização foi anteriormente aplicada em Gonçalves e Machado (2015) para os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), para os anos de 2002-2011, somente para as Regiões Metropolitanas. Na presente proposta de estudo, essa categorização de Hulme e Shepherd (2003) será aplicada para o período mais recente, 2012-2018, com o uso dos microdados recém-divulgados da PNADC (IBGE), que cobre cerca de 3.500 municípios e permite análises regionais mais amplas.

3.3. Estimação econométrica: o logit multinomial

O modelo utilizado para as estimações do presente artigo trata-se do logit multinomial. As estimações são realizadas para os dados empilhados da amostra da PNADC (IBGE), para o período entre 2012 e 2018. Tal modelo é apropriado para estimações em que há a presença de uma variável dependente categórica, isto é, com mais de duas categorias.

O modelo estima as probabilidades relativas de pertencer a uma das categorias de Hulme e Shepherd (2003), as quais são nominais e, portanto, não possuem ordem definida. A estimação de probabilidades relativas via logit multinomial carece de definição de uma categoria base e, como Hulme e Shepherd definem quatro categorias para a classificação das famílias, Sempre pobres, Usualmente pobres, Rotativamente ou Ocasionalmente pobres e Nunca pobres, a categoria base escolhida é a de Nunca pobres.

Assim, a variável dependente recebe valor 1 se a família é Sempre pobre, 2 se Usualmente pobre, 3 se Rotativamente ou ocasionalmente pobre e 4 se Nunca pobre:

$$Pr(y = j) = \frac{\exp(X\beta_j)}{\exp(X\beta_1) + \exp(X\beta_2) + \exp(X\beta_3) + 1}$$

Em que X é o vetor das variáveis da família e do chefe, β_j é o coeficiente estimado para cada grupo, onde $j = 1, \dots, 4$. Ademais, "exp" representa o exponencial de cada coeficiente e, como Nunca pobres é a categoria base escolhida, $\beta_4 = 0$. Assim, os outros β 's estimam as probabilidades relativas à β_4 para cada uma das três categorias de pobres. Desse modo, o risco relativo (ou probabilidade relativa) pode ser calculado, supondo $j = 1$ em relação à categoria base, como:

$$\exp(X\beta_1) = \frac{Pr(y = 1)}{Pr(y = 4)}$$

As variáveis explicativas incluídas no modelo são variáveis familiares e dos chefes de família. As variáveis domiciliares escolhidas são: número de membros no domicílio, região rural, região metropolitana, presença de crianças menores de 6 anos e macrorregião em que o domicílio habita. Para os chefes, as variáveis são: idade do chefe, chefes homens, brancos, casados, escolaridade (médio completo e superior completo), chefes desempregados, inativos e informais. Para variáveis explicativas categóricas, é necessário escolher uma categoria base a ser omitida para que as outras sejam estimadas. Para a variável de macrorregião, omitiu-se a região Centro-Oeste, para a variável de escolaridade, omitiu-se a categoria de chefes que possuem apenas o ensino fundamental completo (dado que as desigualdades são maiores entre ensino médio e superior completo), e, por fim, para a variável do mercado de trabalho, omitiu-se os chefes empregados.

As estimações realizadas por meio desse logit multinomial tem como objetivo único encontrar correlações estatisticamente significantes entre a variável dependente (a categoria de pobreza a qual pertence um domicílio) e as suas características observáveis. Encontrar relações causais exige sofisticadas técnicas maiores, e não é objetivo do presente artigo.

4. Análises descritivas das famílias com pobreza crônica e transitória na amostra

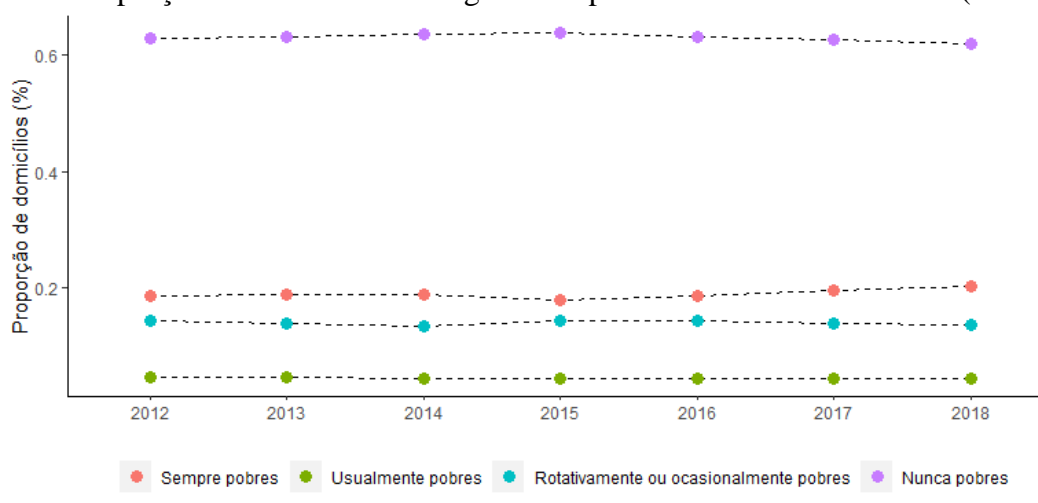
As estatísticas descritivas desta seção explicitam e ilustram a relação entre a situação de privação da família (crônica, transitória, e nunca pobre) e as características e do chefe e familiares. Essas análises demonstram a heterogeneidade existente entre as famílias que apresentam distintas trajetórias e movimentos de entrada e saída da pobreza.

Por meio do Gráfico 1, é possível verificar que a proporção de famílias sempre pobres apresenta uma trajetória descendente até 2015, passando de 18,39%, em 2012, para 17,71%, em 2015. Porém, a partir de 2015, com o aquecimento da crise econômica no Brasil, a proporção de famílias com essa situação de pobreza cresce e chega a 20,20% em 2018. A proporção de famílias usualmente pobres não apresenta grande variação no período, passando de 4,4% em 2012 para 4,29% em 2018. Cabe dizer que a junção das famílias sempre e usualmente pobres permite ter a proporção de famílias pobres crônicas na amostra analisada, que passa de 22,79%, em 2012, para 24,49%, em 2018.

Ao analisar a proporção de famílias com pobreza transitória, ou denominadas de ocasionalmente ou rotativamente pobres, é possível verificar que as famílias dessa categoria são 14,27% do total de famílias, em 2012, e 13,31%, em 2014. Porém, sob o contexto da crise econômica e suas consequências, que também afetam os pobres transitórios, essas famílias passam a ser 14,15% em 2016, e retomam o curso de queda, chegando a 13,46%, em 2018. Ao considerar conjuntamente as situações de pobreza crônica e transitória, é possível

averiguar que, em 2018, 37,95% das famílias sofrem algum tipo de trajetória de privação, seja ela permanente ou temporária, em comparação com 37,06%, em 2012. Assim, observamos que o aumento de aproximadamente 1,81 p.p. de domicílios sempre pobres se deve a redução relativa em todas as outras categorias, ou seja, parte dos domicílios pobres transitórios e não pobres passam a enfrentar períodos maiores na pobreza.

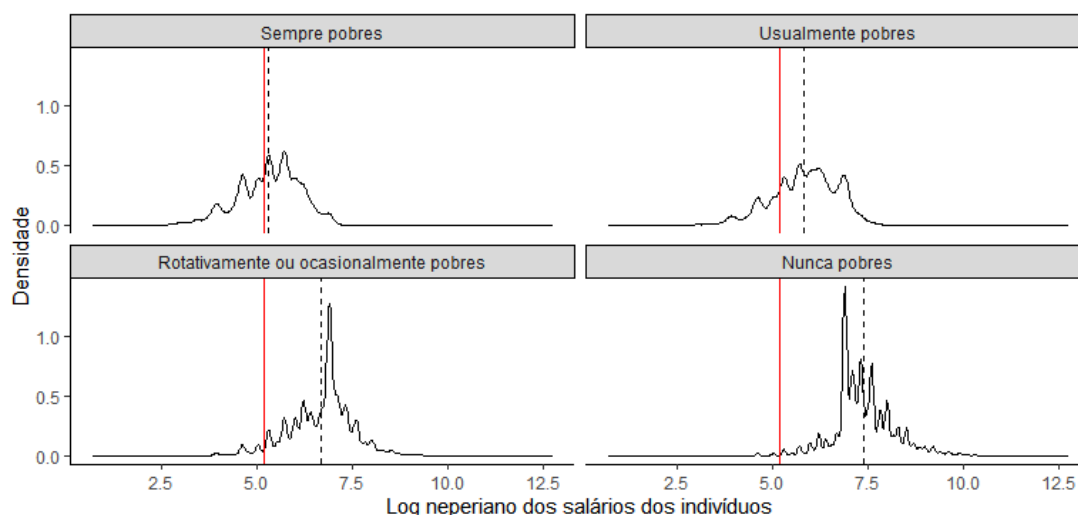
Gráfico 1: Proporção de famílias nas categorias de pobreza crônica e transitória (2012-2018)



Fonte: Gráfico elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Em relação à renda média dos indivíduos das diferentes categorias dinâmicas de pobreza, é possível verificar que os sempre pobres apresentam renda média de R\$279,08, em 2018, enquanto os usualmente pobres apresentam renda média quase duas vezes maior, de R\$495,17. Já os transitoriamente pobres, a renda média é de R\$1226,12, e os nunca pobres, de R\$2523,64, no mesmo ano. Por meio do Gráfico 2, é possível observar as diferenças salariais entre os membros das diferentes categorias em 2018, onde a linha tracejada representa o salário (ou renda do trabalho) médio, e a distância da renda destes em relação à linha de pobreza do Bolsa Família (representada pela linha vermelha).

Gráfico 2: Gráfico de densidade do logaritmo natural dos salários habituais dos indivíduos em 2018



Fonte: Gráfico elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2018.
 Nota: A linha tracejada representa o salário médio dos indivíduos de cada categoria específica; A linha vermelha representa a linha de pobreza do Programa Bolsa Família em 2018 (R\$178).

Quanto ao número médio de membros nas famílias, não há disparidades acentuadas entre as categorias de pobreza analisadas, variando entre, em média, 2 membros, nas famílias sempre pobres, a 3 membros, nas famílias nunca pobres. A análise da estrutura etária das famílias permite averiguar que 17,06% dos membros de famílias sempre pobres são crianças – indivíduos com idade igual ou menor que 14 anos, em 2018. Cabe dizer que a proporção de crianças nas famílias se reduz, no período analisado, em todos os grupos: 26,21% dos membros das famílias usualmente pobres são crianças em 2012 e 22,48%, em 2018; crianças em famílias rotativamente pobres são 23,12% dos membros, em 2012 e 19,05%, em 2018; e crianças são 19,9% dos indivíduos de famílias nunca pobres, em 2012 e 18,83%, em 2018. Porém, como é possível verificar, a queda é mais acentuada entre as famílias sempre pobres.

Em relação à idade dos chefes, é possível verificar que, ao longo de todo o período, os chefes de domicílios sempre pobres são os mais velhos e, em 2018, apresentam idade média de 63,61 anos, aproximadamente, evidenciando a forte presença de idosos ou indivíduos perto da idade de aposentadoria nessa categoria de pobreza crônica mais acentuada. Nesse mesmo ano, chefes usualmente, rotativamente e nunca pobres, têm idade média aproximada de 54,48, 52,11 e 47,34 anos, respectivamente.⁶

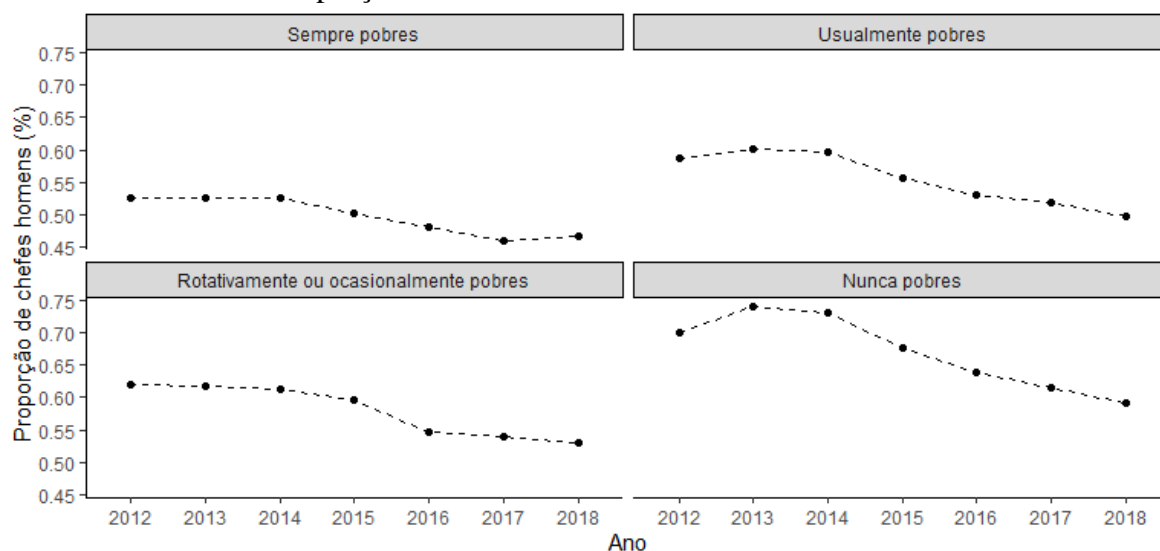
Ao analisar a proporção de chefes brancos nas categorias de famílias, é observado que 48,86% dos chefes das famílias nunca pobres são brancos, em 2018. Já nas famílias sempre pobres e usualmente pobres, essas proporções são de 43,56% e 30,07%, respectivamente. Por fim, nas famílias rotativamente pobres, ou pobres transitórias, 38,27% dos chefes são brancos. Essas estatísticas evidenciam que a situação de permanência por mais longos períodos na pobreza também está relacionada à exclusão socioeconômica dada pela questão racial.

Ao longo do período analisado, é possível observar queda na proporção de chefes homens e, conseqüentemente, aumento na proporção de chefes mulheres, em todas as categorias (Gráfico 3). Esse fato pode estar relacionado ao crescente aumento da participação feminina no mercado de trabalho e aumento da qualificação e do salário de reserva das mulheres, determinando que a situação de chefe de família que, usualmente, é dada pela posse da maior renda relativa do domicílio ou maior poder de decisão e barganha intrafamiliar, passe a ser da mulher em parte das unidades domiciliares. Além disso, em parte dos domicílios chefiados por mulher, não existe a figura do cônjuge, ou seja, são famílias em que

⁶ É possível que, quando se considera a renda total familiar, incluindo, portanto, aposentadorias e transferências de renda, tal proporção não exista e, assim, idosos podem não ser tão presentes na população pobre crônica.

a mulher é a principal ou a única renda da família. Em 2018, a categoria com maior proporção de chefes homens são os nunca pobres, com 59,06%, enquanto que a categoria com maior proporção de chefes mulheres são os sempre pobres, com 53,39% do total de chefes. Dessa forma, apesar do crescimento da proporção de chefes mulheres ao longo do tempo, é possível que a predominância de chefes mulheres nos domicílios com pobreza duradoura seja indicativa da existência de uma única pessoa economicamente ativa no domicílio.

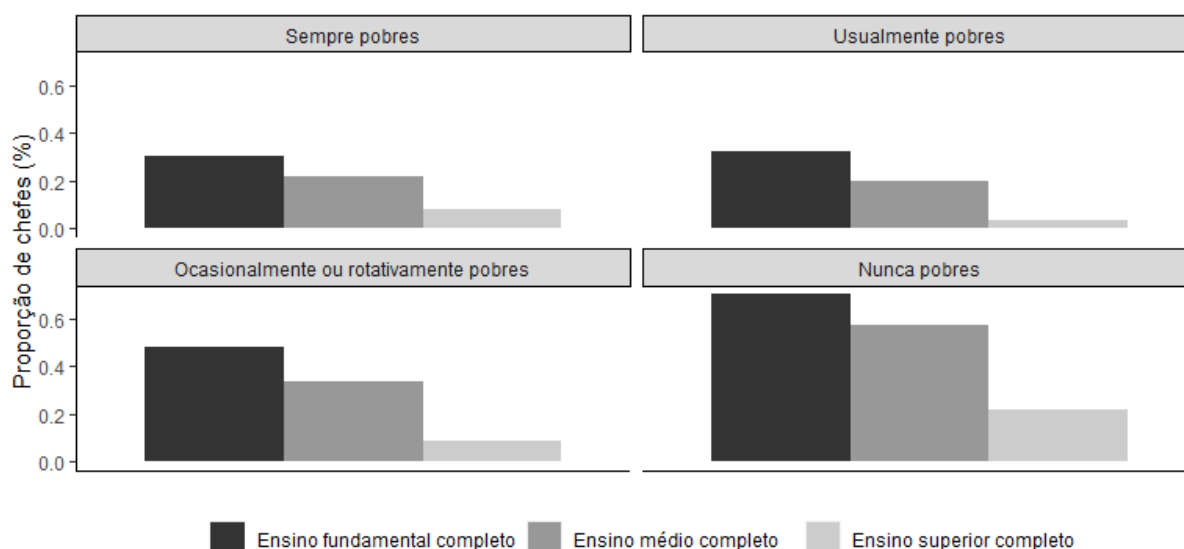
Gráfico 3: Proporção de chefes homens nas famílias entre 2012 e 2018.



Fonte: Gráfico elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Assim como ocorre para os demais membros dos domicílios, os chefes de família se tornaram mais escolarizados entre 2012 e 2018, em todas as categorias analisadas. Contudo, é possível verificar, para o nível de escolaridade, há elevado grau de desigualdade entre as categorias de pobreza crônica, transitória e não pobreza. A proporção de chefes com ensino superior completo é maior nas famílias nunca pobres, sendo 14,51%, em 2012 e 21,58%, em 2018. Entre os chefes pobres transitórios, essa proporção vai de 5,63%, em 2012, para 8,63%, em 2018. Já entre os sempre pobres e usualmente pobres, esses percentuais são de 4,95% e 2,05% em 2012, respectivamente, e de 7,96% e 3,65%, em 2018. Nesse sentido, o nível de instrução que apresenta maior desigualdade entre as categorias é o ensino superior. O Gráfico 4, para o ano de 2018, ilustra a desigualdade na escolaridade entre os chefes de diferentes estratos.

Gráfico 4: Proporção de chefes de família por grau de escolaridade em 2018

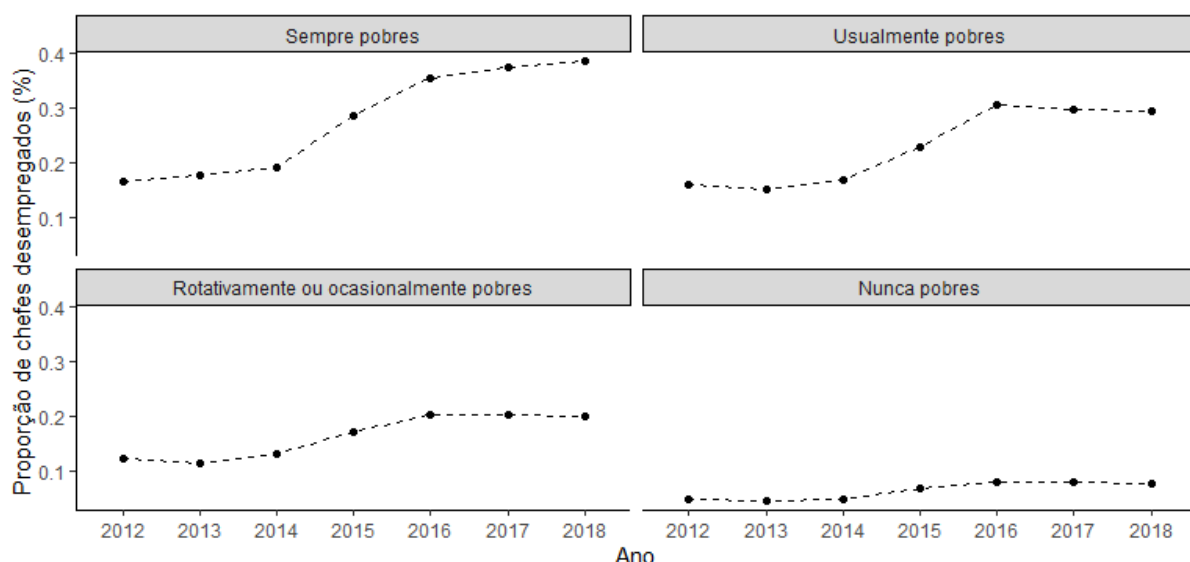


Fonte: Elaborado pelo próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2018.

Quanto à proporção de chefes pertencentes à população economicamente ativa, a desigualdade entre os diferentes estratos de pobreza e não pobreza é elevada. Em 2018, apenas 14,28% dos chefes sempre pobres estão nesta categoria, enquanto que entre os nunca pobres essa proporção é de 83,04%. Para os demais membros, observamos que nas famílias nunca pobres, 61,42% dos indivíduos estão economicamente ativos, em 2018. Já nas famílias sempre pobres, apenas 14,44% dos indivíduos estão nesta condição. Nas famílias usualmente pobres e rotativamente pobres, esse percentual é de 32,55% e 47,15%, respectivamente. Dessa forma, é possível averiguar que um dos condicionantes da situação e duração da pobreza pode ser a presença de membros que possam atuar no mercado de trabalho, ou seja, quanto maior o portfólio de capital humano a ser utilizado em momentos de queda dos rendimentos da família, menor a chance de que a família vivencie um longo período de privação. Também podemos verificar importante relação entre a participação efetiva do chefe de família no mercado de trabalho e a situação de permanência na pobreza. Na medida em que indivíduos economicamente ativos apresentam maior acesso e melhor inserção no mercado de trabalho, essa relação torna-se negativamente correlacionada com a duração da pobreza.

Os efeitos da crise econômica se destacam, principalmente, na taxa de desemprego entre os indivíduos. Por meio do Gráfico 5, verificamos que os pobres transitórios e, principalmente, os pobres crônicos são os mais afetados pelo desemprego. É observado um crescimento da taxa de desemprego entre todas as categorias de famílias, principalmente durante os períodos de recessão, mas esse crescimento é ainda mais acentuado entre os membros das famílias pobres crônicas: em 2014, 19,20% dos membros das famílias sempre pobres, 16,88% dos usualmente pobres, 12,92% dos rotativamente pobres e 4,80% dos nunca pobres são desocupados; já em 2018, 38,4%, 29,42%, 20% e 7,67% dos membros das respectivas categorias de famílias estão desempregados.

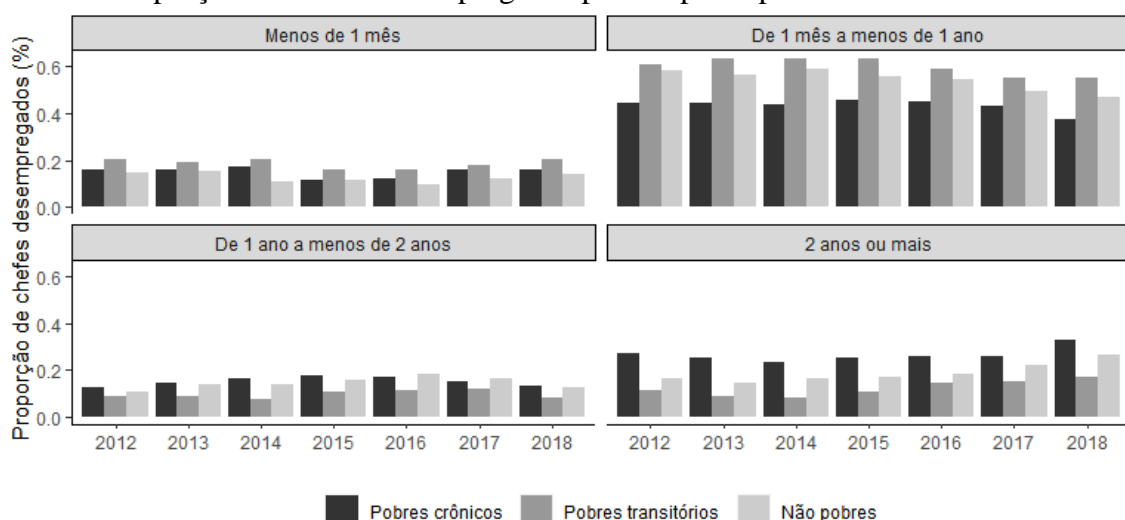
Gráfico 5: Proporção de indivíduos desempregados entre 2012 e 2018



Fonte: Gráfico elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Para os chefes dos domicílios, observamos que, em 2014, 13,52% dos chefes sempre pobres, 10,36% dos usualmente pobres, 8,75% dos rotativamente pobres e 1,42% dos nunca pobres eram desempregados, em 2018, contudo, após os efeitos da crise, os níveis pioraram significativamente, 30,77% dos sempre pobres, 23,42% dos usualmente pobres, 15,06% dos rotativamente pobres e 3,18% dos nunca pobres são desempregados. É possível perceber que, mesmo que todas as categorias tenham sido afetadas negativamente, os pobres foram os mais prejudicados pelos efeitos da crise. Além disso, por meio do Gráfico 7, é possível observar que chefes pobres crônicos desempregados enfrentam períodos maiores de desemprego, cerca de 32,76% dos seus chefes desempregados estavam em situação de desemprego há 2 anos ou mais em 2018, tal proporção era de 23,29% em 2014, ou seja, parte significativa dos que se tornaram desempregados no início da crise permaneceram na mesma condição, enquanto pobres transitórios permanecem por períodos menores no desemprego, dado que, também em 2018, 17,11% dos pobres transitórios estavam na mesma situação de desemprego duradouro, portanto sofrem apenas um choque de renda do trabalho temporário, demonstrando, mais uma vez, como o primeiro grupo, os pobres crônicos, podem sofrer de uma armadilha de pobreza via desemprego, a qual estende a situação de privação.

Gráfico 6: Proporção de chefes desempregados por tempo de permanência entre 2012 e 2018.



Fonte: Gráfico elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Outra análise relacionada à atuação dos membros das famílias no mercado de trabalho é o número médio de horas semanais trabalhadas. Ao analisar as horas de trabalho semanais médias dos chefes de família, é possível observar que ocorre uma diminuição das horas de trabalho, entre 2012 e 2018, para os chefes de todas as categorias, queda possivelmente associada à crise econômica no país e o conseqüente aumento da subocupação. Neste último ano, chefes sempre pobres dedicaram aproximadamente 25,7 horas semanais ao trabalho, chefes usualmente pobres, 27,5 horas, chefes rotativamente pobres, 33,6 horas, e chefes nunca pobres, 40 horas por semana. O menor número médio de horas trabalhadas entre os indivíduos sempre e rotativamente pobres pode estar relacionado a uma maior incidência de subocupação.

O status de informalidade no mercado de trabalho e a inatividade dos chefes de família também apresentam correlação positiva significativa com o tempo de permanência das famílias na pobreza, ou seja, quanto maior esses indicadores, por mais tempo a família pode permanecer abaixo da linha de pobreza. Em 2012, entre os chefes ocupados, 85,8% dos chefes de domicílios sempre pobres estavam em um trabalho sem carteira assinada, em 2018, após um aumento de 11,11 p.p., este número chega a 96,91%. Com a crise econômica, a proporção de chefes em situação informal no mercado de trabalho evolui. Para os chefes usualmente pobres, houve um aumento de 8,27 p.p, chegando a 91,31% em 2018. Chefes de domicílios pobres transitórios em condição de informalidade representam 49,07% em 2014 e 59,24% em 2018. Chefes nunca pobres, contudo, apresentam a menor proporção e evolução da informalidade, em 2014, 20,37% desses chefes são informais, em 2018, após 4,6 p.p. de aumento, tal nível chega a 25,14%, o qual, quando comparado à proporção dos sempre pobres informais, esclarece a relação da situação de trabalho com a pobreza e o seu tempo de permanência.

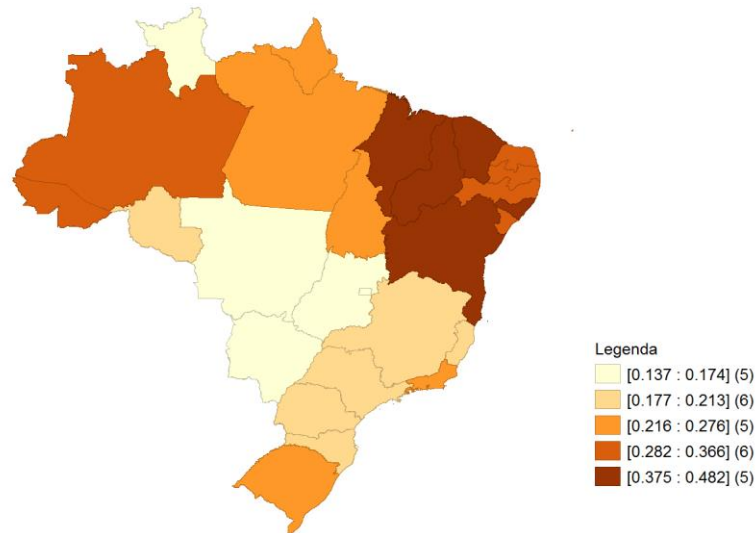
Por fim, a proporção de chefes inativos, ou seja, chefes em idade ativa que estão fora da força de trabalho, não apresenta mudanças significativas entre 2012 e 2018, mas demonstra forte heterogeneidade entre os quatro diferentes estratos. Em 2018, 85,67% dos chefes sempre pobres, 57,71% dos usualmente pobres, 39,07% dos pobres transitórios e 16,87% dos nunca pobres, pertencentes à população em idade ativa, eram inativos.

Em 2012, 27,62% e 34,21% das famílias sempre e usualmente pobres, respectivamente, estão localizadas em áreas rurais. Em 2018, essas proporções caem para 23,65% e 28,83%. Essa tendência de queda se repete para todas as categorias analisadas, mas a proporção de famílias rotativamente pobres e nunca pobres que vivem em áreas rurais é consideravelmente mais baixa e chega a 16,91% e 9,32%, respectivamente, em 2018. Em contrapartida, a proporção de indivíduos em regiões metropolitanas (RMs) aumenta entre 2012 e 2018. Indivíduos em áreas metropolitanas são 30,02% dos sempre pobres, 29,46% dos usualmente pobres, 39,01% dos rotativamente pobres e 41,97% dos nunca pobres, em 2018. O maior crescimento dos indivíduos em RMs e a maior diminuição de indivíduos em áreas rurais ocorre para os usualmente pobres e sempre pobres (pobres crônicos), evidenciando a característica cada vez mais urbana da pobreza no Brasil.

Cabe destacar, ainda, as disparidades regionais existentes na proporção de famílias nas categorias de pobreza crônica e transitória. As duas categorias que compõem a pobreza crônica, sempre pobres e usualmente pobres, apresentam a maior proporção relativa de domicílios na região Nordeste, ao longo de todo o período analisado. Em 2018, 34,75% e 43,84% das famílias das categorias citadas residem na região Nordeste (o estado de Alagoas apresenta a maior proporção de pobres crônicos entre todos os estados brasileiros, 48,23% de sua população é cronicamente pobre), a maior proporção relativa entre todas macrorregiões. Entre as famílias pobres transitórias e nunca pobres, ocorre o predomínio da localização na

região Sudeste, a região com o mercado de trabalho mais dinâmico do país, mas também com a maior incidência e número absoluto de famílias pobres. Por outro lado, a região Norte, em termos relativos, possui a maior proporção de domicílios pobres transitórios, sobretudo o estado do Amazonas, com 22,31% de sua população em situação de pobreza transitória. As regiões Centro-Oeste e Sul são as que apresentam as menores proporções de pobres crônicos e transitórios.

Mapa 1: Mapa quantílico da proporção de pobreza crônica por estado brasileiro em 2018

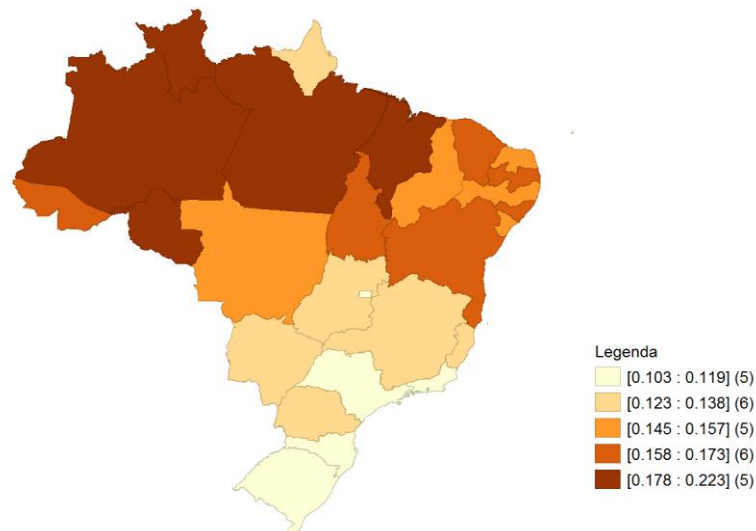


Fonte: Mapa elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2018.

Nota: A proporção de pobreza crônica calculada é relativa à população (em domicílios) de cada estado, ou seja,

$$P = \frac{\text{Domicílios pobres crônicos}_i}{\text{Total de domicílios}_i} \times 100, \text{ onde } P = \text{proporção de pobres crônicos e } i = \text{estado.}$$

Mapa 2: Mapa quantílico da proporção de pobreza transitória por estado brasileiro em 2018



Fonte: Mapa elaborado pelos próprios autores com base nos microdados da PNADC (IBGE) de 2018.

Nota: A proporção de pobreza crônica calculada é relativa à população (em domicílios) de cada estado, ou seja,

$$P = \frac{\text{Domicílios pobres transitórios}_i}{\text{Total de domicílios}_i} \times 100, \text{ onde } P = \text{proporção de pobres transitórios e } i = \text{estado.}$$

A Tabela 2 finaliza esta seção, apresentando o sumário das estatísticas descritivas das famílias da amostra, por categoria de pobreza crônica, transitória e não pobreza.

Tabela 2: Descrição das famílias das categorias específicas de pobreza crônica e transitória para 2018.

Variáveis	Categorias específicas de Hulme e Shepherd (2003)			
	Sempre pobres	Usualmente pobres	Rotativamente pobres ou ocasionalmente pobres	Nunca pobres
Renda média	R\$279,08	R\$495,17	R\$1.226,12	R\$2.523,64
% de famílias	20,20%	4,29%	13,46%	62,06%
Número médio de membros na família	3,2	3	3,2	3,5
Proporção de crianças	17,06%	22,48%	19,05%	18,83%
Proporção de idosos	43,98%	22,31%	18,58%	10,38%
Proporção PEA	14,44%	32,55%	47,15%	61,42%
Proporção de brancos	37,28%	28,67%	37,00%	49,38%
Proporção de homens	44,31%	47,95%	48,44%	48,97%
Proporção ens. fundamental completo	30,87%	35,00%	49,09%	65,48%
Proporção ens. médio completo	19,40%	20,29%	32,83%	50,83%
Proporção ens. superior completo	5,40%	2,70%	6,98%	16,77%
Proporção de desempregados	38,40%	29,42%	20,00%	7,67%
Proporção rural	23,65%	28,83%	16,91%	9,32%
Proporção RM	30,02%	29,46%	39,01%	41,97%
Horas de trab. indivíduos/semana	25,23	27,82	33,94	38,7
Proporção Nordeste	34,75%	43,84%	27,64%	17,06%
Proporção Sudeste	40,96%	31,62%	41,74%	52,16%
Proporção Sul	13,60%	9,00%	14,07%	17,02%
Proporção Norte	6,18%	11,23%	9,75%	5,79%
Proporção Centro-Oeste	4,52%	4,33%	6,81%	7,97%
Renda média dos chefes	R\$273,57	R\$450,00	R\$1.290,91	R\$2.974,19
Faixa etária média dos chefes	63,61	54,48	52,11	47,34
Chefes PEA	14,28%	42,08%	60,64%	83,04%
Chefes casados	45,39%	55,75%	57,65%	71,59%
Chefes homens	46,61%	49,68%	53,07%	59,06%
Chefes brancos	43,56%	30,07%	38,27%	48,86%
Chefes ens. fundamental completo	30,64%	32,19%	47,88%	70,44%
Chefes ens. médio completo	21,73%	19,56%	33,64%	57,19%
Chefes ens. superior completo	7,96%	3,65%	8,63%	21,58%
Chefes desempregados	30,77%	23,42%	15,06%	3,18%
Chefes inativos	85,67%	57,71%	39,07%	16,87%
Chefes informais	96,91%	91,31%	59,24%	25,14%
Horas de trab. chefe/semana	25,67	27,53	33,6	40

Fonte: Elaborada pelos próprios autores com os microdados da PNADC (IBGE) de 2018.

5. Resultados da estimação econométrica do logit multinomial

As estimativas do logit multinomial confirmam aspectos previamente relatados. Pelo modelo, quanto maior o número de membros na família, menor a probabilidade de pertencer à pobreza crônica e transitória em relação à categoria de nunca pobres. Por outro lado, a presença de uma criança menor de 6 anos no domicílio aumenta a probabilidade da família pertencer a qualquer categoria de pobreza, sendo maior para as famílias que enfrentam pobreza crônica.

Características regionais reforçam a heterogeneidade entre os domicílios de diferentes estratos. A probabilidade de pertencer ao grupo de sempre pobres, usualmente pobres e pobres transitórios é maior para os domicílios que residem nas regiões Nordeste e Norte em relação aos nunca pobres. Ademais, estar em regiões rurais também aumenta a probabilidade de pertencer à pobreza transitória e, com maior intensidade, à pobreza crônica e, inversamente, a probabilidade de pertencer a estas categorias para domicílios metropolitanos é menor vis-à-vis as de nunca pobres.

Em relação às variáveis dos chefes dos domicílios, chefes mais velhos e, de forma contra intuitiva, chefes homens, possuem maior probabilidade de pertencerem a alguma categoria de pobreza frente à condição de não pobreza. E, ademais, chefes brancos e casados possuem menor probabilidade de serem pobres crônicos ou transitórios. É possível verificar, também, que chefes que possuem ensino médio completo ou, especialmente, ensino superior completo, têm menor probabilidade de pertencerem ao grupo de sempre pobres, usualmente pobres e rotativamente ou ocasionalmente pobres.

Para os chefes, as variáveis com resultados mais notáveis, em termos de probabilidade, são o desemprego e a inatividade. Quanto a primeira variável, chefes desempregados possuem 45,57% de probabilidade, ante aos nunca pobres, de pertencerem ao estrato de sempre pobres, reforçando a importância da renda do trabalho na composição da renda familiar e, portanto, na saída das famílias pobres de uma situação mais duradoura de privação. Além disso, chefes inativos também apresentam elevada probabilidade de pertencerem à pobreza transitória, ao grupo de usualmente pobres e, de forma substancialmente maior, aos sempre pobres (84,15%) frente aos nunca pobres. Chefes empregados também apresentam heterogeneidades importantes. Chefes empregados em situação de informalidade⁷ possuem maior probabilidade de serem sempre pobres (25,47%), usualmente pobres (12,12%) e pobres transitórios (2,79%) em comparação com os nunca pobres.⁸

Tabela 3: *Odds ratio* estimados por logit multinomial empilhado com os dados da PNAD Contínua entre 2012 e 2018

Variáveis	Sempre pobres	Usualmente pobres	Rotativamente ou ocasionalmente pobres
Número de membros na família	0.485*** (0.00232)	0.861*** (0.00518)	0.873*** (0.00256)
Domicílio rural	5.070*** (0.0897)	3.785*** (0.0836)	1.891*** (0.0232)
Domicílio RM	0.726*** (0.00660)	0.756*** (0.0114)	1.008 (0.00679)
Presença de criança <6	2.955***	1.883***	1.444***

⁷ As probabilidades estimadas com a variável de informalidade encontram-se na tabela do Apêndice D. A variável foi estimada em outra regressão, dado que apresentou multicolinearidade com as variáveis de chefes desempregados e inativos.

⁸ Cabe ressaltar que tais estimativas contêm vieses, uma vez que há variáveis não disponíveis na PNAD Contínua, como situação de saúde dos chefes de família, cuja ausência implica em endogeneidade.

	(0.0451)	(0.0366)	(0.0128)
Domicílio Nordeste	3.151*** (0.0691)	3.196*** (0.110)	1.832*** (0.0268)
Domicílio Sudeste	1.362*** (0.0279)	1.013 (0.0345)	1.003 (0.0139)
Domicílio Sul	1.099*** (0.0252)	0.88** (0.0348)	0.947** (0.0151)
Domicílio Norte	2.315*** (0.0655)	2.751*** (0.110)	2.048*** (0.0355)
Idade do chefe	1.040*** (0.000386)	1.014*** (0.000601)	1.009*** (0.000288)
Chefes homens	1.477*** (0.0155)	1.224*** (0.0209)	1.125*** (0.00869)
Chefes brancos	0.927*** (0.00911)	0.742*** (0.0119)	0.843*** (0.00604)
Chefes casados	0.394*** (0.00442)	0.336*** (0.00597)	0.467*** (0.00395)
Chefes ensino médio	0.678*** (0.00735)	0.586*** (0.00934)	0.731*** (0.00583)
Chefes ensino superior	0.574*** (0.00713)	0.272*** (0.00646)	0.454*** (0.00449)
Chefes desempregados	45.57*** (0.936)	21.03*** (0.513)	8.080*** (0.102)
Chefes inativos	84.15*** (0.0412)	16.82*** (0.305)	4.937*** (0.0412)
Intercepto	0.00914*** (0.000346)	0.0133*** (0.000774)	0.161*** (0.00411)
Ano	Sim	Sim	Sim
Trimestre	Sim	Sim	Sim
Pseudo R ²	99,83%	99,83%	99,83%
Número de observações	1.159.795	1.159.795	1.159.795

Fonte: Elaborada pelos próprios autores com os microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Notas: Desvio-padrão entre parênteses; p-valor<0.05: *, p-valor<0.01: **, p-valor<0.001: ***; Categoria base: Nunca pobres.

Os resultados encontrados nesse artigo por meio das análises descritivas e econométricas assemelham-se aos resultados da literatura nacional e internacional sobre a dinâmica da pobreza. Gonçalves e Machado (2015), com os dados longitudinais da PME/IBGE para determinadas regiões metropolitanas e também com a metodologia de Hulme e Shepherd (2003), encontram resultados que convergem com as estimativas encontradas nesta pesquisa. Entre 2002 e 2011, domicílios em que há a presença de crianças, indivíduos e chefes desempregados e um maior número de membros, estavam mais relacionados ao grupo de sempre pobres, usualmente pobres e pobres transitórios em relação aos nunca pobres. Enquanto a presença de indivíduos com ensino médio e superior, membros economicamente ativos, membros ocupados no setor formal, a presença de idosos e um maior número de horas trabalhadas pelos indivíduos e seus chefes reduzem a probabilidade de pertencerem a qualquer categoria de pobreza. Chefes homens, brancos, casados e mais velhos reduzem a probabilidade de o domicílio ser pobre crônico ou transitório. Como explicitado

anteriormente, a presença de idosos é correlacionada à pobreza quando se considera somente a renda do trabalho, mas quando as aposentadorias e outras fontes de renda são acrescentadas para o cálculo da renda total domiciliar, o efeito é revertido e a correlação torna-se negativa – demonstrando a importância das aposentadorias em manter idosos fora da pobreza.

Ribas et. al. (2011), por meio de uma construção de um pseudopainel com os dados da PNAD de 1993 a 2003, também apresenta resultados similares. Os autores apontam que os que apresentam maior probabilidade de serem pobres crônicos são os domicílios residentes na região Nordeste e Norte, com chefes não brancos, menos escolarizados e mais novos. A pobreza transitória, por outro lado, é mais comum entre domicílios chefiados por mulheres, desempregados e informais, devido à maior volatilidade da renda. Os autores destacam que, se a persistência e transitoriedade da pobreza são causadas por uma heterogeneidade entre as variáveis dos domicílios e seus chefes, políticas que buscam interromper a pobreza crônica e transitória, via transferência direta de renda, podem incorrer em ineficiências, tendo em vista que os elementos adversos não foram considerados na formulação de tais políticas e, portanto, carecem de focalização.

6. Conclusões e comentários finais

Os resultados deste artigo permitem verificar que as famílias que habitam regiões rurais e nas macrorregiões Nordeste e Norte, com maior número de crianças, membros menos escolarizados, menor percentual de indivíduos economicamente ativos no mercado de trabalho, chefes homens, brancos, desempregados, informais, solteiros e mais velhos apresentam maior chance de estarem em uma situação de privação, seja transitória ou, especialmente, crônica. Destacando, mais uma vez, a importância das políticas públicas voltadas à formação de capital humano e a oportunidades de emprego, ambas com o objetivo de aumento da renda familiar dos domicílios desfavorecidos, sobretudo aos que enfrentam períodos maiores de pobreza. Adicionalmente, a maior concentração de idosos e crianças em famílias pobres crônicas explicita a importância das aposentadorias e pensões, para a saída de idosos da pobreza persistente, e creches e escolas do ensino básico, a fim de permitir a inserção de indivíduos antes ocupados com atividades domésticas no mercado de trabalho.

Ademais, as evidências dos resultados demonstram a importância das políticas públicas que visam proteger indivíduos economicamente ativos, sobretudo pobres crônicos, de volatilidades de renda quando se tornam desempregados, como o seguro-desemprego, e ampliar a inserção de trabalhadores informais no emprego formal, tendo em vista as variações de renda dos primeiros. Além disso, tendo em vista os efeitos adversos da crise econômica sobre as variáveis do mercado de trabalho e, nesse contexto, os que foram mais atingidos são os pobres crônicos (os quais obtiveram aumento de 19,2 p.p. na taxa de desemprego), cabe reconhecer a importância da existência de políticas públicas que focalizem em tal grupo e que estas considerem sua heterogeneidade espacial, socioeconômica e demográfica.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Proporção de famílias nas categorias específicas de pobreza crônica e transitória de Hulme e Shepherd (2003) com o uso da linha de pobreza do Programa Bolsa Família

Ano	Categorias específicas de pobreza crônica e transitória			
	Sempre pobres	Usualmente pobres	Rotativamente ou ocasionalmente pobres	Nunca pobres
2012	18,39%	4,40%	14,27%	62,94%

2013	18,64%	4,41%	13,65%	63,30%
2014	18,71%	4,21%	13,31%	63,77%
2015	17,71%	4,21%	14,24%	63,84%
2016	18,38%	4,28%	14,15%	63,18%
2017	19,35%	4,14%	13,71%	62,80%
2018	20,20%	4,29%	13,46%	62,06%

Fonte: Elaborada pelo próprios autores com os microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

APÊNDICE B: *Odds ratio* estimados por logit multinomial empilhado com os dados da PNAD Contínua entre 2012 e 2018 para observação da informalidade

Variáveis	Sempre pobres	Usualmente pobres	Rotativamente ou ocasionalmente pobres
Número de membros na família	1.648*** (0.0236)	1.413*** (0.0205)	1.012** (0.00546)
Região rural	4.155*** (0.214)	3.000*** (0.159)	1.479*** (0.0330)
Região Metropolitana	0.519*** (0.0278)	0.738*** (0.0338)	1.050*** (0.0128)
Presença de criança (<6)	2.242*** (0.110)	1.705*** (0.0806)	1.470*** (0.0217)
Região Nordeste	10.85*** (1.664)	4.438*** (0.483)	1.756*** (0.0467)
Região Sudeste	1.960*** (0.308)	1.285* (0.143)	1.035 (0.0263)
Região Sul	1.156 (0.216)	0.946 (0.125)	1.022 (0.0299)
Região Norte	4.326*** (0.710)	2.649*** (0.322)	1.884*** (0.0595)
Idade do chefe	0.968*** (0.00231)	0.986*** (0.00210)	1.001* (0.000586)
Chefe homem	0.764*** (0.0423)	0.779*** (0.0397)	0.999 (0.0143)
Chefe branco	0.673*** (0.0358)	0.857** (0.0400)	0.850*** (0.0110)
Chefe casado	0.126*** (0.00729)	0.229*** (0.0123)	0.397*** (0.00631)
Chefe ensino médio	0.465*** (0.0204)	0.559*** (0.0240)	0.741*** (0.0105)
Chefe ensino superior	0.0234*** (0.00481)	0.108*** (0.0111)	0.417*** (0.00805)
Chefe informal	25.47*** (1.804)	12.12*** (0.622)	2.797*** (0.0351)
Intercepto	0.00130*** (0.000281)	0.00245*** (0.000434)	0.130*** (0.00602)
Ano	Sim	Sim	Sim
Trimestre	Sim	Sim	Sim

Pseudo R ²	99,81%	99,81%	99,81%
Número de observações	435.937	435.937	435.937

Fonte: Elaborada pelo próprios autores com os microdados da PNADC (IBGE) de 2012 a 2018.

Notas: Desvio-padrão entre parênteses; p-valor<0.05: *, p-valor<0.01: **, p-valor<0.001: ***; Categoria base: Nunca pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDISON, Tony; HULME, David; KANBUR, Ravi. Poverty dynamics: measurement and understanding from an interdisciplinary perspective. **Brooks World Poverty Institute Working Paper**, n. 19, 2008.
- GONÇALVES, Solange Ledi. Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas: 2002 a 2011. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015.
- GONÇALVES, Solange Ledi; MACHADO, Ana Flávia. Poverty dynamics in Brazilian metropolitan areas: an analysis based on Hulme and Shepherd's categorization (2002– 2011). **Economia**, v. 16, n. 3, p. 376-394, 2015.
- HULME, David; SHEPHERD, Andrew. Conceptualizing chronic poverty. **World Development**, v. 31, n. 3, p. 403-423, 2003.
- JALAN, Jyotsna; RAVALLION, Martin. Is transient poverty different? Evidence for rural China. **The Journal of Development Studies**, v. 36, n. 6, p. 82-99, 2000.
- MARTINI, Ricardo Agostini; HERMETO, Ana Maria; JAYME JR, Frederico G. Ciclos econômicos e a composição da pobreza no Brasil: uma análise para as décadas recentes. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 187-221, 2014.
- MCKERMAN, Signe-Mary; RATCLIFFE, Caroline E. Transition events in the dynamics of poverty. **The Urban Institute**, 2002.
- NERI, M. C. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda? **FGV Social**, set. 2018.
- Osorio, R.G., Souza, P.H.G.F., Soares, S.S.D., et al., 2012. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004–2009. IPEA, Brasília (Texto para discussão n. 1647).
- PEREZ, Victor et al. Moving in and out of poverty in Mexico: What can we learn from pseudopanel methods?. **Understanding Society at the Institute for Social and Economic Research**, 2015.
- RAVALLION, Martin. Expected poverty under risk-induced welfare variability. **The Economic Journal**, v. 98, n. 393, p. 1171-1182, 1988.
- Ribas, R. P. Vulnerabilidade à pobreza no Brasil: medindo risco e condicionalidade a partir da função de consumo das famílias. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 299-343, Ago. 2007.
- RIBAS, R.; MACHADO, Ana Flávia; GOLGHER, André Braz. Flutuações e persistência na pobreza: uma análise de decomposição transitória-crônica para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 41, n. 2, 2011.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)**. Estudos e Pesquisas n. 492. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE, 2013. p. 22.